



## **INFORME CEAS/PE Nº 03/2025**

### **Representatividade**

**Aplicação das cotas nas conferências municipais de assistência social e na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco**

## Respeito às cotas para participantes da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco

### Garantia dos 30%

A inclusão fortalece o princípio da universalização com equidade, assegurando que as vozes de todas/os as/os usuárias/os e grupos sociais sejam ouvidas e consideradas na construção coletiva das diretrizes para o futuro da assistência social. Encontrar formas de diversificar a participação nas Conferências de Assistência Social representa um avanço fundamental para a consolidação da democracia participativa no âmbito do SUAS.

De acordo com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social, o percentual de 30% destinados às cotas como estratégia para garantir representatividade nas conferências de Assistência Social. O percentual deve ser considerado para participantes das conferências (conforme a ficha de inscrição do Informe CNAS N° 5/2025), e para a eleição/preenchimento de vagas de delegadas/os, respeitando paridade entre sociedade civil (considerando a proporcionalidade entre os segmentos) e governo.

A resolução CNAS/MSD N° 187/2025 (Anexo II), estabelece as diretrizes para reserva de cotas de no mínimo 30% para eleição de delegadas/os, assim como a resolução CEAS/PE N° 710/2025, que trata da distribuição de vagas para delegadas/as para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, reafirma o percentual. E o Informe CNAS N° 7/2025, entre outras questões relacionadas a pauta, afirma:

*“É preciso que a oportunidade de participação esteja garantida para aquelas e aqueles que realmente vivem o cotidiano da política de assistência social, ou seja, as gestoras e os gestores do governo, as/os representantes das organizações da sociedade civil da assistência social, as/os trabalhadoras/es do SUAS, e as/os usuárias/os desta política pública. **Outros atores, tais como consultoras (es) de municípios ou conselheiras (os) tutelares por exemplo, não devem ocupar essas vagas de delegadas (os)**”.*

### Aplicação das cotas:

- a) Pessoas negras (autodeclaradas pretas ou pardas);
- b) Pessoas com deficiência;
- c) Pessoas LGBTQIAPN+;
- d) Pessoas idosas (mais de 60 anos);
- e) Adolescentes (12 a 17 anos);
- f) Migrantes, refugiadas/os e apátridas;
- g) Atingidos por barragens; e
- h) Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

### Certificando...

- As cotas devem ser respeitadas nas vagas de governo e da sociedade civil nos três segmentos da sociedade civil;



- A indicação é que a eleição das/os cotistas, considerando o número de vagas (consultar a Resolução CEAS/PE Nº 710/2025, em anexo), possibilitando que cotistas não eleitas/os participem da votação ampla;
- O conselho municipal de assistência social deve disciplinar sua regra de cotas em resolução própria ou no regimento interno da conferência, definindo, por exemplo, a divisão das entre sociedade civil e governo em números ímpares;

## **E...**

Conforme Resolução nº 100/2023, Art. 7º, a/o profissional que estiver no exercício em cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou de direção na gestão da Rede Socioassistencial Pública ou de Organizações da Sociedade Civil fica impedida/o de representar o segmento das/os trabalhadoras/es na composição dos conselhos e no processo de conferências. Além disto, é vedado à/ao trabalhadora/or ocupar vaga de usuárias/os. (Informe CNAS Nº 7/2025)

## **Vagas para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco**

**SEM DÚVIDA!** O percentual definido para as cotas não altera o número de delegadas/os em nenhum dos portes. Os 30% são aplicados no quantitativo posto.

### **Pequeno Porte 1**

Quando o município tiver duas (02) vagas: garantir a proporcionalidade – uma (01) sociedade civil e uma (01) governamental. Para as cotas devem ser consideradas a titularidade e a suplência, o que totaliza quatro (04) vagas, dessas uma deve ser para cotas e, preferencialmente, na titularidade.

#### **Duas (02) vagas:**

**Titulares:** Uma (01) vaga para sociedade civil e uma (01) vaga para governo;

**Suplentes:** Uma (01) vaga para sociedade civil e uma (01) vaga para governo;

**Cotas:** 01, preferencialmente na titularidade.

### **Pequeno Porte 2**

#### **Quatro (04) vagas:**

**Titulares:** Duas (02) vagas para sociedade civil e duas (02) vagas para governo;

**Suplentes:** Duas (02) vagas para sociedade civil e duas (02) vagas para governo;

**Cotas:** Um (01) titular / Um (01) suplente.

### **Médio Porte**

#### **Seis (06) vagas:**

**Titulares:** Três (03) vagas para sociedade civil e três (03) vagas para governo;

**Suplentes:** Três (03) vagas para sociedade civil e três (03) vagas para governo;



**Cotas:** Dois (02) titulares, sendo um (01) sociedade civil e um (01) governo;

Dois (02) suplentes, sendo um (01) governo e um (01) sociedade civil.

### **Grande Porte**

**Dez (10) vagas:**

**Titulares:** Cinco (05) vagas para sociedade civil e cinco (05) vagas para governo;

**Suplentes:** Cinco (05) vagas para sociedade civil e cinco (05) vagas para governo;

**Cotas:** Três (03) titulares entre sociedade civil e governo e três (03) suplentes, entre sociedade civil e governo.

### **Metrópole**

**Doze (12) vagas:**

**Titulares:** Seis (06) vagas para sociedade civil e seis (06) vagas para governo;

**Suplentes:** Seis (06) vagas para sociedade civil e seis (06) vagas para governo;

**Cotas:** Sete (07) vagas titulares entre sociedade civil e governo (04/03) e, no mesmo segmento sete (07) vagas suplentes entre sociedade civil e governo (04/03).

### **PARA LEMBRAR**

Vinte (20) vagas foram deliberadas para os municípios com maior população em situação de pobreza nos portes (no recorte de municípios com maior cobertura da população inserida no Cadastro Único), de acordo com dados da Vigilância Socioassistencial do Estado. Estas vagas são destinadas, exclusivamente, para a representação de usuárias/os.

Lista de municípios:

| Porte do município | Município            | Nº de vagas para usuárias/os |
|--------------------|----------------------|------------------------------|
| Pequeno Porte I    | Calumbi              | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Carnaubeira da Penha | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Paranatama           | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Moreilândia          | 01                           |



|                         |                          |    |
|-------------------------|--------------------------|----|
| <b>Pequeno Porte II</b> | Santa Maria da Boa Vista | 01 |
| <b>Pequeno Porte II</b> | Cabrobó                  | 01 |
| <b>Pequeno Porte II</b> | Riacho das Almas         | 01 |
| <b>Pequeno Porte II</b> | Exu                      | 01 |
| <b>Médio Porte</b>      | Araripina                | 01 |
| <b>Médio Porte</b>      | Ipojuca                  | 01 |
| <b>Médio Porte</b>      | Ouricuri                 | 01 |
| <b>Médio Porte</b>      | Pesqueira                | 01 |
| <b>Grande Porte</b>     | Igarassu                 | 01 |
| <b>Grande Porte</b>     | Garanhuns                | 01 |
| <b>Grande Porte</b>     | Vitória de Santo Antão   | 01 |
| <b>Grande Porte</b>     | Cabo de Santo Agostinho  | 01 |
| <b>Metrópole</b>        | Recife                   | 04 |

## Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco - CEAS/PE

### Expediente

#### Composição CEAS/PE 2023/2025

#### Conselheiras/os Sociedade Civil:

##### Representação ou Organização de Usuários/os

**Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur** - Associação PODE – Portadores de Direitos Especiais

**Any Karolyne Pereira Alves Gonçalves** - Associação PODE – Portadores de Direitos Especiais

**Geziel Bezerra da Silva** - Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco – IICPE

**André Vinícius Guimarães de Carvalho** - Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco – IICPE

**Elaine Lima do Nascimento** - Usuários/os da Assistência Social

**Maria Ivaneide Gomes Oliveira da Silva** - Ação Social Esperança e Vida - ASEVI

##### Entidades Organização de Trabalhadoras/es

**Rizete Serafim Costa** - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

**Robélia do Nascimento Lopes** - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

**Erika Sitcovsky Santos Pereira** - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO

**Priscilla Viegas Barreto de Oliveira** - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO

**Edson de Souza Lima** - Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – CRP-02

**Marcela Cristina Mendes Leandro** - Sindicato dos Servidores Públicos Civil do Estado de Pernambuco – SINDSERPE

##### Entidades e Organização de Assistência Social

**Edjane Tavares de Santana Ribeiro** - Associação de Desenvolvimento e Assistência de Itaquianga – ADASI

**Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva** - Associação de Desenvolvimento e Assistência de Itaquianga – ADASI

**Nipson Richard Oliveira de Freitas** - Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP

**José Felipe Bezerra da Silva** - Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP

**Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade** - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE-PE

**Telma Muniz Soares Barbosa** - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE-PE

#### Conselheiras/os Governamentais

**Andreza Sônia Costa Rodrigues Pacheco** - Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas Sobre Drogas – SAS

**Kamylla Godê de Vasconcelos** - Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas Sobre Drogas – SAS

**Sônia Alten Barbosa Leal** - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção a Violência – SJDH

**Glaucia Kamila Andrade Ribeiro da Silva** - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção a Violência - SJDH

**Cileide Maria de Araújo Souza** - Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - SEPLAG

**José Maurício Moreira da Rocha Filho** - Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - SEPLAG

**Ana Carolina Freire Lopes** - Secretaria de Saúde - SES

**Larissa de Melo Farias** - Secretaria de Saúde - SES

**Cristiano César Vila Nova Pereira** - Secretaria de Educação e Esportes - SEE

**Thais Fernanda Ferreira Novaes** - Secretaria de Educação e Esportes - SEE

**Marcelle Ivette Suzana Ramis Ribeiro Campos** - Secretaria da Fazenda - SEFAZ

**Leidiane Araújo da Silva** - Secretaria da Fazenda - SEFAZ

**Romulo Americo da Silva** - Secretaria de Turismo e Lazer - SETUR



**Adriano Alves da Silva Costa** - *Secretaria de Turismo e Lazer - SETUR*

**Tatiane Gomes Calaça Menezes** - *Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca – DAS*

**Alcineide Oliveira Nascimento** – *Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca – DAS*

**Adilson Carlos Vasconcelos Ferraz** - *Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS*

**Maria Lucia Nogueira Linhares Marquim** - *Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS*

## **Comissão Organizadora da 16ª Conferência**

## **Estadual de Assistência Social de Pernambuco**

### **Conselheiros/as:**

**Coordenador:** Edson de Souza Lima - *Entidades Organização de Trabalhadoras/es*

**Vice-coordenadora:** Kamylla Godê de Vasconcelos – *Governamental*

Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva - *Entidades e Organização de Assistência Social*

André Vinícius Guimarães de Carvalho - *Representação ou Organização de Usuário*

Cristiano César Vila Nova Pereira – *Governamental*

Elaine Lima do Nascimento - *Representação ou Organização de Usuários*

Geziel Bezerra da Silva - *Representação ou Organização de Usuários*

Larissa de Melo Farias – *Governamental*

Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim – *Governamental*

Priscilla Viegas Barreto de Oliveira - *Entidades Organização de Trabalhadores*

Sônia Alten Barbosa Leal – *Governamental*

### **Secretaria Executiva do CEAS/PE:**

Ana Paula Viana Torres – *Secretária executiva*

Adriana Queiroz – *Técnica*

Simone Campos – *Técnica*

Vitória Pacheco – *Apoio Administrativo*

Adilson Pacheco – *Apoio Administrativo*

Paola Araújo – *Comunicação*

### **Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco**

Avenida Conde da Boa Vista

Empresarial Palmira II, 1410. 1º andar

CEP: 50060 – 001

08 de maio de 2025.



# ANEXOS

## ANEXO I

### BOLETIM INTERNO Nº 098/2025

Publicado em 14 de Maio de 2025



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEASS  
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS

#### RESOLUÇÃO CEAS/PE Nº 710 DE 06/05/2025

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 17.556 de 22 de dezembro de 2021, na 250ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco – CEAS/PE, realizada no dia 26 de março de 2025 e reunião da Comissão Organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco:

**CONSIDERANDO** a Portaria Conjunta MDS/CNAS Nº 31, de 26 de dezembro de 2024, que convoca a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Resolução CEAS/PE Nº 687, de 29 de janeiro de 2025, que altera para o mês de setembro a XVI Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco e dá demais encaminhamentos;

**CONSIDERANDO** a Resolução CEAS/PE Nº 683, que institui a Comissão Organizadora da XVI Conferência de Assistência Social de Pernambuco.

**CONSIDERANDO** o Informe do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS Nº 5, que trata sobre a distribuição de delegadas/os, representantes dos municípios, dos estados e do distrito federal que comporão as delegações na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNAS/MDS Nº 186, de 2 de abril de 2025, que estabelece as diretrizes para reserva de cotas de no mínimo 30% para eleição das/os delegadas/os visando à garantia de representatividade no processo conferencial de assistência social.

**CONSIDERANDO** Reuniões da comissão organizadora da 16ª Conferência Estadual de 17 de março de 2025 e 06 de maio de 2025;

**CONSIDERANDO** A deliberação do Pleno da 250ª Assembleia Ordinária do CEAS/PE, realizado dia 26 de março de 2025 no que diz respeito aos repasses da Comissão Organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco;

**CONSIDERANDO** Levantamento da Vigilância Sociossistencial do Estado com maior número de famílias/pessoas inseridas no Cadastro Único (total absoluto), de 25 de abril de 2025;

#### RESOLVE:

1. Aprovar a distribuição de vagas de delegadas/os estaduais, distritais e municipais para 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, conforme tabela abaixo:

| Porte por município          | Quantidade de municípios e um distrito | Nº de delegadas/os por municípios | Total de delegadas/os |
|------------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------|
| Pequeno Porte I + Distrito   | 86                                     | 2                                 | 172                   |
| Pequeno Porte II             | 65                                     | 4                                 | 260                   |
| Médio Porte                  | 20                                     | 6                                 | 120                   |
| Grande Porte                 | 13                                     | 10                                | 130                   |
| Metrópole                    | 1                                      | 12                                | 12                    |
| Total                        | 185                                    | -                                 | 694                   |
| CEAS (delegadas/os natas/os) | -                                      | 36                                | 36                    |
| Total                        | 185                                    | -                                 | 730*                  |





2. As 694 vagas distribuídas entre os cinco (5) Portes foram somadas 20 vagas distribuídas entre os municípios de Pequeno Porte 1, Pequeno Porte 2, Médio Porte, Grande Porte e Metrópole, somando 750 vagas, seguindo os seguintes critérios:

a) As vagas foram deliberadas para os municípios com maior população em situação de pobreza nos portes (no recorte de municípios com maior cobertura da população inserida no Cadastro Único), de acordo com dados em anexo neste informe, da Vigilância Socioassistencial do Estado. Por exemplo, o município de Calumbi terá 03 vagas no total, sendo 02 pelo porte e mais uma exclusiva para usuário/o. Da mesma forma, os demais da lista abaixo, pois esses municípios têm vagas acrescidas, somadas as gerais de acordo com o porte:

| Porte do município | Município                | Nº de vagas para usuárias/os |
|--------------------|--------------------------|------------------------------|
| Pequeno Porte I    | Calumbi                  | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Carnaubeira da Penha     | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Paranatama               | 01                           |
| Pequeno Porte I    | Moreilândia              | 01                           |
| Pequeno Porte II   | Santa Maria da Boa Vista | 01                           |
| Pequeno Porte II   | Cabrobó                  | 01                           |
| Pequeno Porte II   | Riacho das Almas         | 01                           |
| Pequeno Porte II   | Exu                      | 01                           |
| Médio Porte        | Araripina                | 01                           |
| Médio Porte        | Ipojuca                  | 01                           |
| Médio Porte        | Ouricuri                 | 01                           |
| Médio Porte        | Pesqueira                | 01                           |
| Grande Porte       | Igarassu                 | 01                           |
| Grande Porte       | Garanhuns                | 01                           |
| Grande Porte       | Vitória de Santo Antão   | 01                           |
| Grande Porte       | Cabo de Santo Agostinho  | 01                           |
| Metrópole          | Recife                   | 04                           |

b) Os municípios devem eleger proporcionalmente as/os delegadas/os representantes de todos os segmentos (usuárias/os, trabalhadoras/es e representante entidades e organizações da sociedade civil de assistência social), destinando para usuárias/os as vagas em questão.

3. Delegadas/os devem, de acordo com o Informe CNAS Nº 5/2025, comprovar seu vínculo com o Sistema Único de assistência Social – SUAS, anexando na ficha de inscrição os seguintes documentos comprobatórios:

a) Para delegadas/os da sociedade civil representantes de usuárias/os: declaração de usuária/o dos serviços socioassistenciais emitida pela coordenação de unidade pública ou entidade/organização da sociedade civil do SUAS, devidamente inscrita no CMAS; atestado de vínculo com a organização representativa conforme Resolução CNAS nº 99/2023; comprovante de beneficiária/o do Programa Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada; comprovante de inscrição no CadÚnico;



b) Para delegadas /os da sociedade civil representantes de trabalhadoras /es: portaria de nomeação em concurso público; atestado de vínculo funcional com a organização representativa conforme Resolução CNAS nº 6/2015; contrato de trabalho para atuação na unidade pública ou entidade/organização da sociedade civil do SUAS, devidamente inscrita no CMAS.

c) Para delegadas /os da sociedade civil representantes de entidades e organizações da sociedade civil de assistência social: ata de eleição, em caso de cargo de direção ou conselho; declaração da diretoria indicando a /o representante da entidade/organização da sociedade civil de assistência social, em caso de técnica /o contratada /o.

d) Para delegadas /os governamentais: portaria de nomeação para função ou cargo público ou contrato de trabalho;

4. Deve ser respeitada, de acordo com a Resolução CNAS/MDS Nº 187/2025, a cota de no mínimo 30% das vagas para eleição de delegadas/os das etapas municipais e estadual para as conferências de Assistência Social, levando em consideração o número total de vagas disponibilizadas, devem ser aplicadas a:

a) Pessoas negras (autodeclaradas pretas ou pardas);

b) Pessoas com deficiência;

c) Pessoas LGBTQIAPN+;

d) Pessoas idosas (mais de 60 anos);

e) Adolescentes (12 a 17 anos);

f) Migrantes, refugiadas/os e apátridas;

g) Atingidos por barragens; e

h) Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

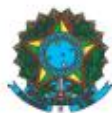
**Edson de Souza Lima**

Presidente do Conselho Estadual de Assistência  
Social de Pernambuco – CEAS

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



## ANEXO II



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLXIII Nº 64

ISSN 1677-7842



Brasília - DF, quinta-feira, 3 de abril de 2025

SEÇÃO 1

## Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

### CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 187, DE 2 DE ABRIL DE 2025

Estabelece diretrizes para reserva de cotas de no mínimo 30% para eleição das(os) delegadas(os), visando a garantia de representatividade no processo conferencial de assistência social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS, em reunião extraordinária realizada no dia 01 de abril de 2025, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e a Resolução CNAS nº 157 de 22 de maio de 2024, que aprova seu Regimento,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Esta Resolução estabelece diretrizes para a reserva de cotas de no mínimo 30% para eleição das(os) delegadas(os) das etapas municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional das conferências de assistência social, aplicadas a:

- I - pessoas negras (autodeclaradas pretas ou pardas);
- II - pessoas com deficiência;
- III - pessoas LGBTQIAPN+;
- IV - pessoas idosas (mais de 60 anos);
- V - adolescentes (12 a 17 anos);
- VI - jovens (18 a 29 anos);
- VII - migrantes, e refugiados e apátridas;
- VIII - atingidos por barragens; e
- IX - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

§1º São considerados Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos: (indígenas, quilombolas, ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade de terreiro, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, acampados, atingidos por empreendimento de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua) e outros que venham a ser atualizados conforme a normativa pertinente.

§2º As cotas devem ser aplicadas a delegadas(os) eleitas(os) dos governos e dos segmentos da sociedade civil (trabalhadoras(es), usuárias(os) e entidades e organizações da sociedade civil da assistência social), respeitando-se na composição total da delegação a paridade e proporcionalidade.

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS 1/2



**Art. 2º** A(O) candidata(o) a delegada(o) no âmbito das cotas deve se inscrever identificando apenas um dos grupos listados no artigo 1º que pretende representar, sem prejuízo de registro das demais características pessoais e identitárias na ficha de inscrição.

**Art. 3º** A distribuição de no mínimo 30% de cotas entre os grupos constantes no artigo 1º deverá ser especificada nos regimentos ou resolução de normatização de cada conferência municipal, estadual, do Distrito Federal e nacional, devendo-se atentar às características territoriais relacionadas ao perfil demográfico, panorama socioeconômico, especificidades culturais, assim como às demandas dos segmentos sociais que atuam na esfera da assistência social.

**Art. 4º** Cabe à Comissão Organizadora de cada etapa:

- I - divulgar, de forma acessível, os critérios de reserva de cotas definidas no Regimento ou resolução;
- II - implementar mecanismos que assegurem a inscrição e eleição dos grupos elencados; e
- III - informar no relatório da conferência o resultado da eleição das(os) delegadas(os) especificando a composição das(os) eleitas(os) para as cotas, respeitando-se os critérios de paridade e proporcionalidade.

**Art. 5º** O eventual não preenchimento das vagas reservadas às cotas para delegadas(os) deve ter justificativa formal pela Comissão Organizadora da conferência e redistribuição das vagas proposta e aprovada pela plenária da conferência, respeitando-se a paridade e proporcionalidade, conforme o disposto nos regimentos de cada conferência.

**Art. 6º** Esta Resolução também se aplicará às Conferências Livres a partir de 2026.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO**  
Presidente do Conselho

